**TAIS VIEIRA DA SILVA**

**APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSIMO MÉDIO**

**MACAÉ**

**2023**

**TAIS VIEIRA DA SILVA**

**APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO**

Introdução da monografia apresentada a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I do curso de graduação em Licenciatura em matemática, da Faculdade Professor Miguel Ângelo da Silva Santos (FEMASS), para aprovação na disciplina.

Orientador Prof. Juliana de Almeida Costa

Coorientador Mariah Rissi Leitão

**Macaé**

**2023**

SUMÁRIO

[1 INTRODUÇÃO 4](#_Toc138708749)

[2 OBJETIVOS 6](#_Toc138708750)

[3 JUSTIFICATIVA 7](#_Toc138708751)

[4 METODOLOGIA DE PESQUISA 10](#_Toc138708752)

[5 REFERENCIAL TEORICO 12](#_Toc138708753)

[6. ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO 17](#_Toc138708754)

[7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO 18](#_Toc138708755)

[REFERÊNCIAS 19](#_Toc138708756)

# 1 INTRODUÇÃO

A Educação Financeira, no contexto escolar, explica e simplifica o entendimento das atividades financeiras, buscando construir nos alunos atitudes e pensamentos críticos quanto ao uso consciente do dinheiro, colaborando assim para um cenário socioeconômico equilibrado no país (CORDEIRO; COSTA; SILVA, 2018). De acordo com Costa Junior e Claro (2013), a EF “[...] vem proporcionar instrumentos para que o estudante, jovem ou adulto, possa perceber que é possível ter uma vida melhor com um planejamento financeiro”.

A aprendizagem significativa é o ensino de um conteúdo proposto levando em consideração os conhecimentos prévios do aluno e/ou turma e também do local onde o grupo está inserido e de seu cotidiano. A educação financeira tem como seus pilares aplicações e investimentos, controle de gastos, planejamento e economia. Os tópicos abordados ao longo do projeto não incluem a parte específica de aplicações e investimentos. O destaque do tema se dá pela importância da educação financeira na vida de todas as pessoas, para ter uma gestão financeira pessoal e familiar de qualidade, não gerando dívidas excessivas, falta de uma reserva de emergência e assim acarretando em um estresse financeiro.

O trabalho tem como alvo a parte de finanças, operações mais utilizadas na educação financeira e comprometimento do salário, dividido em despesas fixas, despesas variáveis e reserva de emergência, utilizando métodos apresentados e comprovados por estudiosos do assunto. O objeto de pesquisa escolhido são as turmas do 3º ano do ensino médio do Colégio Estadual Casimiro de Abreu (CECA), localizado no centro da cidade de Casimiro de Abreu, interior do estado do Rio de Janeiro. Ao longo do trabalho será investigado o nível de conhecimento dos alunos, será feita aplicação de metodologia de aprendizagem significativa na aula, diagnóstico após a proposta, análise do planejamento do professor de matemática e as percepções dos alunos sobre a proposta do trabalho e do tema.

O texto almeja responder questões sobre o tema, tais como “A aprendizagem significativa pode contribuir para o ensino da educação financeira?”, “Um aluno do colégio que é objeto da investigação estaria apto para realizar a gestão pessoal financeira?”, “Com a educação financeira escolar básica é possível prosperar?”.

A investigação do tema se torna considerável pelo alto número de jovens despreparados para entrarem na vida financeira ativa, pela falta de educação financeira no ensino básico, por ter pouca ou nenhuma ênfase em aprendizagem significativa na disciplina de matemática e também pela taxa significativa de brasileiros endividados, que tenderia a ser menor se houvesse uma educação financeira na educação básica que proporcionasse um letramento financeiro capaz de preparar os alunos para a vida pós escola.

# 2 OBJETIVOS

Avaliar os alunos do 3º ano do ensino médio do CECA (Colégio Estadual Casimiro de Abreu), acerca de conceitos de Educação Financeira, relacionados tanto a situações de gerenciamento pessoal, quanto àquelas relacionadas ao mundo do trabalho.

* 1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS
* Diagnosticar, a partir de questionários a alunos o nível de conhecimento da turma sobre o tema de educação financeira;
* Analisar, se o conteúdo de educação financeira está previsto no planejamento do professor de matemática;
* Aplicar (uma aula sobre) a proposta de pesquisa de ensino de educação financeira na turma que é objeto de pesquisa;
* Avaliar, a partir de questionários, o desempenho da turma após a aplicação da proposta de ensino;

# 3 JUSTIFICATIVA

Conhecer esse público significa fazer com que os alunos experimentem, através do diálogo e participação, modificar ou ampliar ideias acerca do conhecimento.

Realizar esse intento exige do professor reflexão e planejamento. Seu olhar precisa estar aguçado no sentido de adentrar em expectativas que muitas vezes passam ignoradas perante seus olhos. De algum modo, suas investidas devem dar luz às inquietações intrínsecas dos estudantes que, diariamente, frequentam as salas de aulas e, muitas vezes, apresentam desânimo e desinteresse no ato do aprender.

Com base nessa necessidade, esta atividade possui o intuito de identificar conhecimentos prévios dos estudantes acerca dos conteúdos a serem trabalhados nas sequências didáticas que a sucedem. Acredita-se que o conjunto de respostas analisadas permitirá, ainda, o desenvolvimento de um trabalho qualitativo capaz de suprir as demandas tanto da instituição escolar, quanto, e principalmente, dos estudantes.

Este projeto se justifica pela necessidade de refletir acerca da educação financeira para estudantes do ensino médio da educação básica, e subsidiar novas propostas e oportunidades na atuação dessa temática dentro da escola, que visa exercitar a educação financeira de forma participativa e emancipatória, orientando os sujeitos envolvidos na ação de construção da compreensão para o desenvolvimento.

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) 2022, a taxa de famílias endividadas no Brasil é de mais de 77%, cerca de 7% a mais que o ano anterior. A pesquisa aponta que “Os consumidores que mais se endividaram foram mulheres, pessoas jovens, com 2º grau completo e renda média e baixa. A proporção de famílias com dívidas atrasadas também foi a maior em 12 anos, com juros altos e piora no nível de endividamento. (PEIC, 2022)”. A partir dos dados apresentados é possível afirmar que os jovens ao se formarem saem despreparados para a vida financeira, o que acaba gerando comprometimento da renda maior do que o esperado, acarretando atrasos e dívidas, contribuindo para esse alto índice de endividamento que é visto no Brasil atual.

Falar sobre educação financeira pode ser considerado um Tabu para muitos, deve ser tratado apenas por especialistas financeiros. O presente projeto trata de um novo tema na sociedade brasileira, que tem se tornado mais prevalente e vemos hoje que é considerado um tema essencial em qualquer contexto, seja empresarial, empresarial ou familiar.

Isso é extremamente importante para a realidade atual da sociedade brasileira.

O que impulsionou a realização deste trabalho foi entender como se dá o processo de educação financeira nas escolas, em especifico na Colégio Estadual Casimiro de Abreu e, portanto, é imprescindível que o futuro profissional docente desenvolva práticas interdisciplinares contextualizadas na busca de um ensino aprendizagem significativo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio apresentar apenas uma habilidade que envolve, indiretamente, uma ideia de educação financeira.

A habilidade EM13MAT203 (código utilizado pela BNCC) que compete “Aplicar conceitos matemáticos no planejamento, na execução e na análise de ações envolvendo a utilização de aplicativos e a criação de planilhas (para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros simples e compostos, entre outros), para tomar decisões. (BNCC)”. Como Pelicioli (2011) salienta, os livros contêm, em sua maioria, somente o que está no currículo escolar, tratando assim a educação financeira de forma enxuta e superficial. Apesar da BNCC não ter nenhuma habilidade diretamente ligada a educação financeira, é indiscutível a importância no dia a dia de todos os brasileiros, especialmente aqueles com a renda média a baixa, para que seja possível uma gestão pessoal financeira eficaz. Pelicioli afirma esse pensamento quando diz que em outras regiões do mundo a educação financeira está inserida no currículo escolar, de forma interdisciplinar como também de forma individual. O autor afirma também que na Inglaterra algumas instituições de ensino oferecem a disciplina e isso têm gerado um interesse pela comunidade (PELICIOLI, 2011).

Proposta de ensino e oportunidade de extensão dos saberes universitários na escola pública – mecanismos de colaboração entre o ensino superior e a educação básica são interessantes para instigar a vontade de seguir uma vida acadêmica, de pensar no pós ensino médio dos alunos.

A aprendizagem significativa “processa-se quando um novo conteúdo (ideias ou informações) relaciona-se com conceitos relevantes, claros e disponíveis na estrutura cognitiva, sendo assim assimilado por ela” (BOCK et al, 2001). O ensino de educação financeira por meio da aprendizagem significativa utiliza os conceitos já utilizados no cotidiano dos alunos, atividades simples como compras e reserva de dinheiro para realizar uma meta ou comprar algo de desejo e utilizando como ponto de ancoragem os conhecimentos matemáticos aprendidos nas aulas da educação básica, gerando um pensamento crítico e eficiente acerca de suas finanças pessoais e familiares.

# 4 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa foi conduzida a partir dos pressupostos da pesquisa quantitativa-qualitativo, visto que buscou elencar uma relação dinâmica entre os resultados e as variáveis analisadas e objetivou, ainda, analisar para além das aparências, mas também essências e consequências (Barth; Zamberlan; Rasia, 2009).

O estudo de caso no trabalho será do tipo pesquisa-ação, que segundo Gil (2002, apud THIOLLENT, 1985) define como uma pesquisa de base empírica feita a partir de uma ação ou uma solução de um determinado problema em que os pesquisadores e o objeto de pesquisa cooperam entre si.

A escolha do tipo de pesquisa se justifica pelo fato de que além do pesquisador observar o objeto de pesquisa também será realizada uma interação direta na aplicação dos questionários propostos e na aplicação da proposta de ensino.

Com essa necessidade da pesquisa-ação também terá efeito na interação do ensino superior com o ensino básico (pesquisador acadêmico e alunos do objeto de pesquisa).

Tempo para etapas da investigação: 1 aula para o questionário 1; 1 dia para análise documental; 3 aulas para aplicação da proposta metodológica, retorno do questionário 1 e questionário 2 sobre as percepções dos alunos em cada turma; 1 aula para aplicação do questionário diagnóstico.

Para Lüdke e André (1986, p. 38), a análise documental constitui-se em uma “técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Assim sendo, o tema escolhido para sequência didática é EF e sua elaboração seguiu as seguintes etapas:

• Criação de um questionário semiestruturado;

• Análise de um livro didático, específico para a modalidade Ensino Médio;

• Criação de um roteiro de apresentação e utilização de mapas conceituais, envolvendo conteúdos da Matemática Financeira (MF);

• Seleção de questões de provas do Encceja, abrangendo conteúdos da Matemática Financeira;

• Criação de questões complementares, referentes a cada questão selecionada do Ensino Médio.

Sobre os procedimentos metodológicos utilizamos também a pesquisa bibliográfica a qual, segundo Gil (2008, p. 50): “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Ainda de acordo com Gil (2008, p. 50): “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla”. Portanto, neste âmbito da temática escolhida, há muitos materiais disponíveis e de fácil acesso com grande relevância e reconhecimento científico que tanto contribuiu para o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

# 5 REFERENCIAL TEORICO

5.1A TEORIA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA CRÍTICA

A Teoria da Aprendizagem Significativa Crítica (TASC) desenvolvida pelo professor brasileiro Marco Antônio Moreira foi desenvolvida tendo por base os estudos de Ausubel (2003) a respeito da aprendizagem significativa.

A Teoria da Aprendizagem Significativa (TAS) proposta David Paul Ausubel (1918) na década de sessenta do século passado, pontua que a essência do processo de aprendizagem significativa está no fato de que novas ideias se relacionam, de forma não arbitrária e não-literal, com aquilo que o aprendiz já sabe, ou seja, com aspectos específicos e relevantes da sua estrutura cognitiva (Ausubel, 2003).

Este conhecimento específico que interage com a nova informação é chamado por Ausubel “conceito subsunçor” ou simplesmente “subsunçor” e pode ser entendido como “um conceito, uma ideia, uma proposição já existente na estrutura cognitiva, capaz de servir de ancoradouro a uma nova informação de modo que esta adquira, assim, significado para o indivíduo [...]” (Moreira, 2016).

Logo, podemos afirmar que a aprendizagem significativa ocorre quando a nova informação se ancora em subsunçores preexistentes na estrutura cognitiva do indivíduo provocando mudanças ou a reestruturação da estrutura cognitiva e, consequentemente, o surgimento de conceitos e ideias mais elaboradas e significativas.

A aprendizagem significativa crítica, por sua vez, está relacionado com a “[...] perspectiva que permite ao sujeito fazer parte de sua cultura e, ao mesmo tempo, estar fora dela” (Moreira, 2000).

Em outras palavras, o aprendiz demonstra ter criticidade para analisar situações, sem se deixar dominar por novas perspectivas ou por crenças e ideologias oriundas de sua cultura. Segundo Moreira (2000), existe princípios facilitadores da aprendizagem significativa crítica. São eles: princípio do conhecimento prévio; princípio da interação social e do questionamento; princípio da não centralidade do livro texto; princípio do aprendiz como preceptor/representador; princípio do conhecimento como linguagem; princípio da consciência semântica; princípio da aprendizagem pelo erro; princípio da de aprendizagem; princípio da incerteza do conhecimento; princípio da não utilização do quadro de giz; princípio do abandono da narrativa.

5.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Historicamente, no Brasil, a EF passou a ser mais valorizada a partir do final do século XX, com a implantação do Plano Real, em julho de 1994, que estabilizou a economia, porém, o impacto de tais mudanças não foi percebido pela nova geração de estudantes, que já nasceu em um contexto de estabilidade econômica (REBELLO et al, 2015).

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1994), a população brasileira era de aproximadamente 150 milhões de habitantes e convivia com a hiperinflação. Em junho de 1994, a inflação brasileira, medida pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) acumulado em 12 meses, era de 5.154% (PINHEIRO et al, 1999).

Os produtos tinham seus preços aumentados em intervalos de tempo muito curtos, o que induzia ao consumo exagerado, muitas vezes para fazer estoque de gêneros de primeira necessidade. Devido a isso, aquela geração aprendeu a consumir sem planejamento.

As gerações seguintes têm convivido com maior estabilidade econômica, o que lhes permite planejar e investir com mais tranquilidade, no entanto, as pessoas não estão sendo preparadas para consumir de forma consciente (REBELLO et al, 2015).

Nesse cenário, faz-se necessária a adoção do consumo consciente em oposição ao consumismo exagerado herdado das gerações que não foram acostumadas com esta estabilidade.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi criada em 2007 em função da evolução econômica, social e demográfica ocorrida no Brasil (LIMA et al, 2015). É definida como uma política permanente e nacional para a EF, desenvolvida em parceria com os setores público e privado, que utiliza uma gestão centralizada, porém sua execução é descentralizada, contendo programas, projetos e ações nos quais é usada a abordagem informação-formação-orientação, sendo que essas ações precisam ser gratuitas e de interesse público (BRASIL, 2010). A ENEF desenvolve programas específicos para crianças e adolescentes, no âmbito do ensino formal, objetivando formar disseminadores da EF, fazendo com que os alunos repassem esse conhecimento para as famílias e, além disso, capacita o público adulto com ações no contexto da educação informal (SILVA; ESCORISA, 2017).

5.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENSINO DE MATEMÁTICA

Na atual organização da sociedade, os saberes tradicionais e modos de agir se alteram constantemente, principalmente em razão das comodidades oferecidas pela tecnologia. Tal afirmação é evidenciada, por exemplo, a partir da agilidade do processo com que um equipamento é modificado tecnologicamente e colocado no mercado consumidor com preço maior, instigando o consumo do equipamento com base na promessa de qualidade tecnológica; na fabricação de produtos menos resistentes ao desgaste do uso e na crescente utilização de materiais descartáveis. A questão financeira das famílias brasileiras também é preocupação de outras áreas do Governo Federal. A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi estabelecida pelo Decreto Federal 7397/2010, tendo como objetivo a promoção de ações que possibilitem uma Educação Financeira em prol da cidadania, levando o cidadão à tomada de decisões mais conscientes em relação ao consumo. A ENEF é uma política de Estado que prevê ações entre setor público e privado, que possui as diretrizes:

I – Atuação permanente e em âmbito nacional;

II – Gratuidade das ações de educação financeira;

III – prevalência do interesse público; IV – atuação por meio de informação, formação e orientação; V- centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;

VI – Formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas;

VII – avaliação e revisão periódicas permanentes (BRASIL, 2010, p.8).

O plano diretor da ENEF (BRASIL, 2011) aponta a necessidade da Educação Financeira nas Escolas, com o intuito de formação de futuros cidadãos, capazes de planejar e executar metas financeiras que conduzam à realização de sonhos.

O Programa de Educação Financeira nas Escolas da INEF consiste num projeto pedagógico e disponibiliza, para download, uma coleção livros com atividades sobre a temática, destinados a alunos e professores.

Nessa perspectiva, a Matemática assume um papel de instrumento para atividade econômica e a aplicabilidade das operações matemáticas nos diversos ramos da economia justifica sua contextualização, em vários livros, por meio de problemas relacionados a questões financeiras. Campos (2012) defende que a Educação Financeira seja inserida no currículo de Matemática da Educação Básica numa abordagem transversal, sinalizando que a Educação Financeira “proporciona conexões com temas, como ética, questões ambientais e sociais, desperdício e sustentabilidade”, tornando o educando mais crítico. Como resultado de uma pesquisa sobre a influência da Matemática Financeira na vida das pessoas, Grando e Schneider (2011) enfatizam que os conceitos desta área são essenciais para realização de compras conscientes ou para fazer um empréstimo, evitando o endividamento. A facilidade de parcelamento dos empréstimos e financiamentos também são responsáveis pelo endividamento das famílias que não compreendem as taxas e encargos das operações financeiras.

5.4 GESTÃO E CONTROLE DA RENDA FAMILIAR

A gestão dos recursos, independentemente do seu quantitativo, é fundamental para a obtenção de maiores benefícios. Nesse sentido, gerenciar a renda deve ser o foco primeiro na educação financeira voltada ao orçamento familiar (LIMA, 2015)

Com a aplicação de conceitos e o acompanhamento constante dos impulsos de consumo, voltando-se a utilizar os recursos efetivamente no que é necessário e evitar o pagamento de juros e o desperdício, pode-se pensar em avançar para níveis mais compensadores e que poderão, ao longo do tempo, elevar a capacidade de comprometimento financeiro da família, sua qualidade de vida e a consecução de projetos planejados para o futuro. (LIMA, 2015)

Naturalmente que a geração de novas rendas deve ser planejada de modo a uma obtenção contínua delas. O risco de se retornar a patamares anteriores, motivado pelo consumo, é sempre um fantasma a ser combatido no orçamento familiar. Assim, criar poupança, capitalizar e empreender são alternativas que precisam ser planejadas e exercidas com muita atenção e cautela. (SILVA, 2017)

O endividamento e o consequente consumo de recursos em juros são risco que precisa ser reduzido.

Para um melhor gerenciamento de recursos decorrentes da renda familiar, a literatura é unânime em apontar algumas situações que carecem de destaque neste texto, sejam elas:

• Evitar gastos com pagamento de juros;

• Evitar gastos com a aquisição de itens supérfluos;

• Priorizar o que é realmente essencial;

• Criar hábitos críticos em relação a cada gasto;

• Aplicar os recursos poupados, na geração de novas rendas.

De todos os itens relacionados e tantos outros que possuem características similares, o que se pode extrair em comum é que se tratam de comportamentos. Ou seja, quando a temática de educação financeira se sobressai, não é o conhecimento financeiro o primeiro aspecto de atenção, mas sim conhecer e melhorar a atitude em relação ao que se faz com a renda familiar.

Por se tratar de aspecto comportamental, a educação assume papel ainda mais relevante na promoção da mudança necessária, uma vez que é possível demonstrar efeitos financeiros decorrentes dos diferentes comportamentos, como é o caso do endividamento decorrente de impulsos e comportamentos inadequados de consumo e, em situação oposta, a criação de poupança e melhoria de qualidade de vida decorrentes de comportamentos mais cuidadosos e menos emotivos em relação aos gastos. (SILVA, 2017)

Em síntese, tem-se a emoção dominando a razão quando o impulso em gastar é mais forte e satisfaz necessidades momentâneas a altos custos – normalmente envolvendo juros e itens supérfluos.

Segundo Campos (2012, p. 160), ao contrário, a razão dominando a emoção, quando o gasto é pensado em termos de impactos de médio e longo prazo, frente à sua real necessidade.

Muitas vezes a compra pode ser revista e o gasto contido, transformando o prazer em ter um produto no prazer em dispor de recursos poupados e, assim, gerar benefícios maiores ao longo do tempo

o, seja com fruto de investimentos financeiros ou patrimoniais geradores de novas rendas. A essência é esclarecer e modificar a cultura e o comportamento, invertendo a lógica de um orçamento com juros que consomem renda para um orçamento com juros que geram renda ao invés de pagar juros, a família passa a recebê-los, alterando o fluxo de recursos.

# 6. ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Para dar conta dessa proposta o presente trabalho ficou pautado na seguinte estrutura: introdução da temática, como primeiro capítulo. No segundo capítulo será contextualizado a teoria da aprendizagem significativa crítica.

O primeiro capítulo descreve os principais pontos que são abordados através da aprendizagem significativa e os objetivos propostos, introduzindo o leitor no assunto proposto e a metodologia utilizada.

No segundo capítulo são apresentadas educação financeira e seu marco histórico no Brasil bem como a EF (educação financeira) passou a ser mais valorizada a partir do final do século XX, com a implantação do plano real, em julho de 1994, que estabilizou a economia, porém, o impacto de tais mudanças não foi percebido pela nova geração de estudantes, que já nasceu em um contexto de estabilidade econômica. Devido a isso, aquela geração aprendeu a consumir sem planejamento. Os produtos tinham seus preços aumentados em intervalos de tempo muito curtos, o que induzia ao consumo exagerado, muitas vezes para fazer estoque de gêneros de primeira necessidade.

No terceiro capítulo será descrito e analisado o estudo de caso, educação financeira e ensino de matemática destacando a organização social atual, os saberes tradicionais e os padrões de comportamento estão em constante mudança, principalmente devido à comodidade proporcionada pela tecnologia. A afirmação é evidenciada, por exemplo, pela agilidade com que equipamentos são modificados tecnologicamente e levados ao mercado consumidor a preços mais elevados, o que estimula o consumo de equipamentos com base em promessas de qualidade técnica.

A questão financeira das famílias brasileiras também é preocupação de outras áreas do Governo Federal. A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi estabelecida pelo Decreto Federal 7397/2010, tendo como objetivo a promoção de ações que possibilitem uma Educação Financeira em prol da cidadania, levando o cidadão à tomada de decisões mais conscientes em relação ao consumo. A ENEF é uma política de Estado que prevê ações entre setor público e privado, que possui as diretrizes:

No quarto capítulo, serão definidos e analisados gestão e controle da renda familiar, gestão dos recursos, independentemente do seu quantitativo sendo fundamental para a obtenção de maiores benefícios. Nesse sentido, gerenciar a renda deve ser o foco primeiro na educação financeira voltada ao orçamento familiar.

# 7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Quadro 1 - Cronograma do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso 2.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Mês/Ano | Ago/2023 | Set/2023 | Out/2023 | Nov/2023 | Dez/2023 |
| Capítulo 2: Pesquisa e Revisão bibliográfica |  |  |  |  |  |
| Capítulo 3: Levantamento de Requisitos |  |  |  |  |  |
| Capítulo 4: Desenvolvimento |  |  |  |  |  |
| Capítulo 5: Testes e avaliação do sistema |  |  |  |  |  |
| Capítulo 6: Documentação e finalização |  |  |  |  |  |
| Elaboração do TCC |  |  |  |  |  |

# REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D. P. (2003). **Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva** (L. Teopisto, Trad.). Lisboa: Plátano Edições Técnicas.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

BRASIL. Decreto-lei n° 7397, de 22 de dezembro de 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF**, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, D.F., 23 dez. 2010. Seção 1, pt.8, p.488. BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Plano Diretor da ENEF. 2011. Disponível em: Acesso em: 12 de junho de 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica**. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base.** Brasília: MEC, 2017.

BOCK, Ana Mercês Bahia. FURTADO, Odair. TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias. Uma introdução ao estudo de psicologia.** São Paulo: Saraiva, 2001.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDON, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais.** Belo Horizonte: UFMG, 2000.

CAMPOS, M. B. **Educação financeira na matemática do ensino fundamental: uma análise da produção de significados**. 2012. 179 fls. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. **Trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**: estrutura e apresentação (NBR 14724/2002). Niterói: Intertexto, 2003.

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. da. **Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica.** Ensino da Matemática em Debate, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018.

FRANÇA, Junia Lessa et al. **Manual para normalização de publicações técnico - cientificas.** 6. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

GRANDO, N. I.; SCHNEIDER, I. J. **Matemática financeira: relações entre situações reais e educação para o consumo**. Revemat: Revista Eletrônica de Educação Matemática, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 81-95, maio 2011.

HOFMANN, R. M.; MORO, M. L. F. **Educação matemática e educação financeira: perspectivas para a ENEF**. Zetetiké: Revista de Educação Matemática, Campinas, v. 20, n. 38, p. 37-54, jul./dez. 2012.

IBGE. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993.

LIMA, A. de S.; COSTA, C. S. **A Educação Financeira na Educação Básica**: um bom negócio. Educação Matemática em Revista, Brasília, n. 43, p. 30-38, 2015.

MOREIRA, M. A. (2000). **Aprendizagem Significativa Crítica**. Instituto de Física da UFRGS, Porto Alegre. Recuperado de: http://www.if.ufrgs.br/~moreira/apsigcritport.pdf . Acesso em 12 de junho de 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; GOSTKORZEWICZ, J. **A Economia Brasileira dos Anos** **90**. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. (orgs.). A Economia Brasileira dos Anos 90. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 11-42

REBELLO, A. P.; HARRES, J. B. S.; ROCHA FILHO, J. B. da. **Educação financeira: uma proposta pedagógica para alunos do ensino médio politécnico**. HOLOS, Natal, v. 6, p. 308- 314, dez. 2015.

SILVA, F. D. da S. E.; ESCORISA, N. V. **Percepções de jovens estudantes sobre a educação financeira: um estudo em Barra do Garças-MT**. Educação Matemática Pesquisa: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática, São Paulo, v. 19, n. 1, abr. 2017